

Editorial: Disparidades de gênero, precarização e barreiras invisíveis no mercado de trabalho brasileiro

Maíra Ferraz de Oliveira Silva¹ 

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Vitória da Conquista - Bahia - Brasil

Resumo: Comemorando o trigésimo aniversário da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, de 1995, um marco para a igualdade de gênero, o editorial desta edição dos *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas* explora as complexas dinâmicas da desigualdade no mercado de trabalho brasileiro. O texto destaca a importância da economia feminista ao tornar visível o trabalho não remunerado, realizado majoritariamente por mulheres, e critica as teorias econômicas tradicionais por desconsiderá-lo. A divisão sexual do trabalho é um tema central, pois hierarquiza as atividades laborais e limita a ascensão profissional feminina. Os artigos desta edição revelam como as desigualdades persistem de forma estrutural, manifestando-se em barreiras como o "teto de vidro" e o "penhasco de vidro". A interseccionalidade é um conceito fundamental, demonstrando que gênero, raça, deficiência e identidade interagem para criar vulnerabilidades específicas no mercado de trabalho. O editorial conclui que, embora as políticas formais de equidade sejam importantes, elas são insuficientes sem uma transformação cultural e institucional mais profunda.

Palavras-chave: Igualdade de Gênero, Divisão Sexual do Trabalho, Interseccionalidade.

Abstract: Commemorating the 30th anniversary of the 1995 Beijing Declaration and Platform for Action, a landmark for gender equality, this editorial of *Bulletin of Social Applied Sciences* explores the complex dynamics of inequality in the Brazilian labor market. The text highlights the importance of feminist economics by making visible the unpaid work, performed mostly by women, and criticizes traditional economic theories for disregarding it. The sexual division of labor is a central theme, as it hierarchizes work activities and limits women's professional advancement. The articles in this edition reveal how inequalities persist structurally, manifesting in barriers such as the "glass ceiling" and the "glass cliff". Intersectionality is a fundamental concept, demonstrating that gender, race, disability, and identity interact to create specific vulnerabilities in the labor market. The editorial concludes that while formal equity policies are important, they are insufficient without a deeper cultural and institutional transformation.

Keywords: Gender Equality, Sexual Division of Labor, Intersectionality.

Citação deste Artigo (ABNT)

SILVA, Maíra F. O. Editorial: Disparidades de gênero, precarização e barreiras invisíveis no mercado de trabalho brasileiro. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*. v.22, n.2, 5-11, 2025.

Autor para Correspondência

Maíra Ferraz de Oliveira Silva
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Estr. Bem Querer, Km 4. Caixa Postal 95, CEP: 45.031-900 Vitória da Conquista - BA
mairaferraz@uesb.edu.br



Copyright: © 2025 Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license.

INTRODUÇÃO

O presente editorial comemora o trigésimo aniversário da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, um marco histórico estabelecido em 1995 que reorientou a agenda global para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Este documento seminal não surgiu isoladamente, mas como o ponto culminante de um processo iniciado pela ONU em 1975, com o Ano Internacional da Mulher.

A Declaração baseou-se em uma análise detalhada dos progressos e dos obstáculos remanescentes desde as conferências anteriores, visando um plano de ação abrangente para a década seguinte e foi elaborada em um cenário de profundas transformações, marcado pelo fim da Guerra Fria e pela crescente globalização econômica. O texto reconhece explicitamente que o crescimento econômico, de forma autônoma, não garante a equidade, podendo, inclusive, agravar as desigualdades e a pobreza. Identifica, ainda, a "feminização da pobreza" como um fenômeno crescente e destaca como as mulheres, especialmente em países em desenvolvimento, foram desproporcionalmente impactadas por crises econômicas e programas de ajuste estrutural. Além disso, a violência contra a mulher, que inclui formas graves como tortura e estupro sistemático em contextos de conflito, é categorizada no documento como uma violação dos direitos humanos e um dos principais entraves para a realização da igualdade de gênero (ONU, 1995).

A "feminização da pobreza" e as desigualdades estruturais são amplamente analisadas pela abordagem da economia feminista, um campo que oferece uma crítica substancial às teorias econômicas tradicionais por desconsiderarem o trabalho não remunerado, realizado majoritariamente por mulheres no âmbito doméstico e de cuidado. Essa perspectiva teórica, consolidada por pensadoras como Marilyn Waring (1988) e Nancy Folbre (2001), argumenta que a dicotomia entre a esfera produtiva (remunerada) e a reprodutiva (não remunerada) subvaloriza a contribuição econômica das mulheres. Ao tornar visível o peso do trabalho doméstico e de cuidado, a economia feminista revela mecanismos de opressão que limitam a

autonomia feminina e impulsionam as desigualdades de renda.

No contexto brasileiro, buscando compreender as diversas formas de opressão e exploração vivenciadas por "outras corporalidades feminizadas e racializadas" assim como as dinâmicas de poder que perpetuam as desigualdades de gênero, a corrente teórica da economia feminista tem desafiado o pensamento predominante. Propõe uma nova abordagem que considera a vivência das mulheres e a sua diversidade, a partir de uma perspectiva decolonial ao questionar a herança colonial e denunciar que as opressões de gênero, raça, classe e colonialismo estão interligadas e moldam as relações de poder. A teoria econômica brasileira, apesar de ter uma forte tradição em teorias críticas, ainda é notavelmente fechada à economia feminista, que, em contraposição, destaca a importância de compreender o papel das mulheres na economia e as dinâmicas de poder que perpetuam as desigualdades de gênero (Teixeira, Olivera e Vieira, 2023).

A invisibilidade do trabalho não remunerado é uma das principais críticas, já que a teoria tradicional não o incorpora como um fator fundamental para explicar as dinâmicas econômicas e sociais. A este respeito, Teixeira, Olivera e Vieira (2023) argumentam que, embora os trabalhos domésticos e de cuidados sejam essenciais para a reprodução da força de trabalho, o sistema capitalista os naturaliza como não existentes, tornando uma parcela importante do trabalho feminino invisível. Consequentemente, as mulheres, que dedicam quase o dobro de tempo que os homens a essas atividades, vivenciam uma "crise do cuidado", que é agravada por crises econômicas e eventos extremos.

A compreensão das disparidades persistentes no mercado de trabalho se aprofunda com a teoria da divisão sexual do trabalho (Federici, 2021; Folbre, 2001; Waring, 1988; Hirata e Kergoat, 2007). Essa perspectiva teórica, que transcende a visão tradicional, destaca como as atividades laborais são hierarquizadas e segregadas por gênero, o que resulta em menor remuneração e prestígio social para as ocupações femininas. Assim, a sobrecarga de tarefas domésticas, a menor representatividade em cargos de liderança e as barreiras à ascensão profissional

não são vistas como problemas isolados, mas como reflexos de uma estrutura econômica e social que perpetua a subordinação.

A busca pela equidade de gênero tem gerado tensões e oportunidades significativas nas relações laborais e na governança corporativa. Historicamente, as mulheres foram segregadas ao âmbito privado do trabalho doméstico e de cuidado, enquanto os homens foram alocados na esfera pública e em atividades produtivas remuneradas. Essa divisão sexual do trabalho, sustentada por estereótipos de gênero, ainda persiste e afeta a participação feminina em diferentes setores econômicos e a ascensão a cargos de liderança (Hirata; Kergoat, 2007; Kergoat, 2009). No entanto, a luta por igualdade de gênero resultou em avanços legislativos e na maior inserção feminina em diversos setores. A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (ONU, 1995), em particular, impulsionou a adoção de políticas públicas e a conscientização sobre a necessidade de combater a discriminação de gênero.

A presente edição dos Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas oferece um panorama abrangente dessas dinâmicas, explorando os desafios enfrentados por mulheres e grupos marginalizados no mercado de trabalho e nas organizações. Através de uma seleção de sete artigos originais, esta edição debate as complexas dinâmicas da desigualdade de gênero, bem como as implicações das políticas de governança para um desenvolvimento mais justo e inclusivo. Ao integrar estudos de caso, análises estatísticas e investigações teóricas, os artigos demonstram a relevância das barreiras estruturais que se manifestam de diversas formas. Elas afetam desde a dupla vulnerabilidade de mulheres com deficiência e a persistência de estereótipos em campos tradicionalmente masculinizados, até a insegurança laboral e as dificuldades de acesso a cargos de liderança.

Nesta edição, o leitor é convidado a refletir sobre a condição concreta de diversas trabalhadoras e trabalhadores, incluindo mulheres com deficiência, mulheres quilombolas e profissionais em campos historicamente

masculinizados. Os artigos examinam as bases institucionais que moldam nossa economia, delineando caminhos para a pesquisa e ação futura na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

DA PARTICIPAÇÃO À LIDERANÇA: A LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES PERSISTENTES

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho transcende a esfera dos preconceitos individuais, enraizando-se em "instituições de gênero" (Acker, 1997) que, por meio de normas sociais, culturais e legais, sistematicamente perpetuam e ampliam as disparidades. Tais estruturas, históricas e institucionais, frequentemente invisíveis, moldam o acesso e a progressão das mulheres em suas carreiras (Scott, 2005). Nesse contexto multifacetado, as políticas públicas e a governança corporativa assumem um papel fundamental como mecanismos para desafiar e reconfigurar essas instituições.

Contudo, a mera existência de regras formais, como leis de igualdade salarial ou políticas de diversidade, não é suficiente para garantir a equidade. Conforme argumenta a teoria institucional, a efetividade das normas depende da capacidade do Estado de as implementar, fiscalizar e garantir seu cumprimento (North, 1990; Rodrik, Subramanian e Trebbi, 2004).

Segundo os autores, a ausência de capacidade técnica e fiscal por parte do poder público para monitorar os resultados e aplicar sanções a empresas que não cumprem a legislação pode esvaziar o propósito das políticas e da legislação. Similarmente, no âmbito corporativo, a governança eficaz requer não apenas a formulação de códigos de conduta, mas a criação de uma cultura organizacional que promova a inclusão e assegure a prestação de contas, desconstruindo vieses inconscientes e práticas de discriminação enraizadas.

Entre os artigos que, em conjunto, revelam diferentes facetas da desigualdade de gênero, o primeiro, "Mulheres na segurança pública: desafios, identidade profissional e resiliência em um campo tradicionalmente masculinizado", escrito por Caroline Pereira Santos e Almiralva Ferraz Gomes, revela as complexas dinâmicas de

gênero em um ambiente de trabalho dominado por homens, mostrando as lutas diárias pela identidade profissional e a resiliência em meio ao preconceito. O estudo demonstra como a presença de mulheres em campos como a segurança pública, por sua vez, desafia estruturas de poder e promove mudanças culturais, e a forma como elas ainda lidam com segregação ocupacional e preconceitos na alocação de funções.

Em outro cenário, mas com desafios similares de pertencimento e visibilidade, a questão da discriminação laboral é ainda mais agravada em momentos de crise, como evidenciado pelo trabalho "Desigualdade de gênero e pandemia: uma análise do direito ao trabalho e a discriminação laboral no Brasil", de Ana Angélica Abreu Miranda e Gabriela Andrade Fernandes, que examinam como a pandemia da COVID-19 exacerbou as desigualdades e fragilizou a situação de mulheres no mercado de trabalho. Estes estudos, ao considerarem a diversidade de experiências femininas, evidenciam que a inclusão plena em qualquer campo ainda enfrenta resistências.

Complementando essa visão, a análise macroeconômica "Disparidades de gênero e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: análise regional e setorial de 2011 a 2021" de autoria de Maria Letícia Oliveira Sousa e Kaíza Correia da Silva Oliveira, examina as amplas desigualdades de gênero em nível regional e setorial no Brasil, servindo como uma base estatística para a compreensão do problema. O estudo fornece uma base estatística sólida para a compreensão da desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro. A pesquisa reforça que o problema transcende o viés individual, evidenciando sua natureza estrutural e persistente. Por meio de dados da RAIS, o estudo demonstra a segregação ocupacional que concentra mulheres em setores de menor prestígio, como o de serviços, enquanto homens predominam em áreas como a construção civil. Isso corrobora a teoria da divisão sexual do trabalho, que explica a hierarquização das atividades por gênero. Além disso, o artigo evidencia a vulnerabilidade das mulheres em tempos de crise, como a pandemia de COVID-19, um ponto em comum com outros trabalhos desta edição. Ao analisar as disparidades regionais, a pesquisa mostra que as políticas de

equidade devem ser sensíveis às particularidades de cada local.

O artigo de Mariana Rosa da Silva Alves, escrito em co-autoria com o prof. Fabio Vinicius Bergamo, "Do teto de vidro ao penhasco de vidro: as barreiras invisíveis e contínuas na liderança feminina", explora as dificuldades enfrentadas por mulheres em cargos de liderança. A pesquisa mostra que, mesmo após superarem o "teto de vidro", elas podem se deparar com o "penhasco de vidro", sendo colocadas em posições de alto risco em momentos de crise. Essa análise demonstra que as barreiras de gênero são estruturais e persistentes, não se limitando ao acesso à liderança. O conceito de "penhasco de vidro" revela que, mesmo no topo da hierarquia, as mulheres são colocadas em posições de maior vulnerabilidade, em contraste com os homens. Isso reforça que a luta pela equidade é contínua e se manifesta de formas sutis em todos os níveis. Tal trabalho foi apresentado no SEMEAD – Seminários em Administração ainda durante o período pandêmico e foi convidado pelos editores a fazer parte deste número, tamanha a relevância e conexão com a temática apresentada.

Esses artigos, em conjunto, revelam que a luta contra a desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro é uma jornada contínua e persistente. Partindo da participação em ambientes tradicionalmente masculinos e em cenários de crise, onde a discriminação é agravada, as pesquisas demonstram que as barreiras se manifestam de forma sistêmica. A luta evolui da simples presença no mercado de trabalho para o enfrentamento de obstáculos complexos, como o "teto de vidro" e o "penhasco de vidro", que desafiam as mulheres em posições de liderança. Os estudos convergem para o entendimento de que as desigualdades não são incidentes isolados, mas sim um problema estrutural que exige uma luta contínua e em múltiplos níveis, da base ao topo da hierarquia profissional.

INTERSECCIONALIDADE: GÊNERO, RAÇA E DEFICIÊNCIA COMO FATORES DE VULNERABILIDADE

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho não se manifesta de forma homogênea. Para além das barreiras estruturais, diversos

grupos enfrentam desafios adicionais, que resultam da intersecção de gênero com outras identidades sociais, como raça, origem, identidade de gênero e área de atuação. O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1991), demonstra que as diferentes dimensões de identidade, a exemplo de gênero, raça e deficiência, não operam isoladamente, mas interagem de maneira complexa para produzir formas específicas de opressão e vulnerabilidade. A matriz de dominação, conforme descrita por Patricia Hill Collins (2000), explica que múltiplos sistemas de opressão se entrelaçam, reforçando as barreiras enfrentadas por indivíduos em posições de múltiplas marginalidades sociais.

A socióloga e escritora Bell Hooks (2019), destaca que o feminismo deve se conectar à realidade de raça e classe, criticando a invisibilidade das mulheres negras e da classe trabalhadora em pautas que, muitas vezes, priorizam as vivências de mulheres brancas e privilegiadas. Da mesma forma, Angela Davis (2016), em sua obra *Mulheres, Raça e Classe*, já demonstrava como as opressões de gênero, raça e classe se entrecruzam, criando barreiras para a liberdade de mulheres negras e impossibilitando uma análise social sem considerar sua dimensão racial. Essa perspectiva é fundamental para compreender as condições de trabalho precárias e a dificuldade de ascensão que muitos grupos enfrentam.

Os artigos desta edição aprofundam essa perspectiva. O estudo de Raimunda Bezerra de Souza e Alex Pizzio, intitulado "Participação das mulheres com deficiência no mercado laboral de Palmas/TO: entre a busca pelo reconhecimento social e a inserção marginal", examina a dupla vulnerabilidade de um grupo que enfrenta obstáculos não apenas por seu gênero, mas também por sua condição de deficiência. Essa pesquisa demonstra que a inclusão formal, por meio de leis de cotas, é insuficiente se não houver a superação de barreiras como a falta de infraestrutura e uma cultura de estigmatização. O artigo reforça a visão de que a efetividade das políticas de equidade depende de transformações mais profundas na sociedade, indo além da legislação.

O artigo "Mulheres Quilombolas e o Empreendedorismo: barreiras, desafios e

conquistas", realizada por Geisimara Santos Cardoso, Edilene Rocha Carmo e Fábio Vinicius de Macedo Bergamo, lança luz sobre as dificuldades e os triunfos de um grupo historicamente marginalizado e destaca como o empreendedorismo se torna um caminho de autonomia e resistência, evidenciando como a interseccionalidade entre raça e gênero influencia o acesso a recursos, a discriminação e os estereótipos. O estudo revela a importância da interseccionalidade, mostrando como a opressão de gênero se cruza com a de raça para criar barreiras específicas e aprofunda o debate desta edição ao apresentar o empreendedorismo não apenas como um desafio, mas como uma forma de resistência e autonomia contra as estruturas que perpetuam a exclusão.

Por fim, esta edição transcende a perspectiva binária de gênero, apresentando o estudo "Inclusão e Permanência no Mercado de Trabalho para Pessoas Transgêneras: Um Estudo em Vitória da Conquista – BA", escrito por Gabriel Almeida de Andrade, Anderson Dias Brito e Maria Auxiliadôra Nunes Cordeiro. O trabalho, que aborda a realidade local da cidade de Vitória da Conquista, discute a inclusão e permanência de pessoas transgêneras no mercado de trabalho, ampliando a compreensão sobre a importância de se debater a diversidade e a necessidade de políticas de inclusão efetivas para todos os indivíduos. O estudo ilustra como a cisnormatividade cria barreiras adicionais, como preconceito, discriminação e ambientes hostis, que afetam a inserção e permanência desses indivíduos.

A pesquisa oferece um exemplo concreto de interseccionalidade no mercado de trabalho e reforça que a desigualdade é um problema estrutural ao demonstrar que a falta de políticas e iniciativas empresariais perpetua a marginalização, privando o mercado de talentos e comprometendo o bem-estar desses indivíduos. A principal constatação do estudo ressoa com os demais artigos, apontando que medidas formais são insuficientes sem uma transformação cultural e institucional mais profunda.

Esses trabalhos evidenciam como a perspectiva interseccional é crucial para compreender as dinâmicas de poder e as barreiras

que não podem ser explicadas por uma única dimensão de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O LEGADO DE PEQUIM E OS CAMINHOS PARA A EQUIDADE DE GÊNERO

A presente edição dos Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas demonstrou a intrincada interdependência entre o cotidiano de trabalhadores e as bases políticas que sustentam mercados e regulações. Os artigos, ao explorarem as barreiras invisíveis e contínuas no mercado de trabalho brasileiro, como a segregação ocupacional e a baixa representatividade feminina em cargos de liderança, revelam que a jornada em direção à equidade continua e é persistente.

Enquanto a Declaração de Pequim, de 1995, representou um avanço significativo para reorientar a agenda global de equidade de gênero, os estudos apresentados revelam que ainda existem fragilidades nos direitos trabalhistas e nos mecanismos de proteção social, especialmente para grupos vulneráveis.

A análise da economia feminista reforça essa visão, ao criticar as teorias econômicas tradicionais por desconsiderarem o trabalho não remunerado, realizado majoritariamente por mulheres, o que as torna vulneráveis a crises e limita sua autonomia. Ao articular estudos qualitativos e análises quantitativas sobre desigualdade de gênero, os trabalhos desta edição revelam a amplitude das transformações em curso e convidam à reflexão sobre como equilibrar as políticas de inclusão com a responsabilidade social.

Fica evidente que políticas formais, como leis de cotas e de igualdade salarial, são importantes, mas não suficientes de forma isolada. É necessária uma transformação mais profunda que desafie as "instituições de gênero" enraizadas, que sistematicamente perpetuam as disparidades. Isso inclui a criação de uma cultura organizacional que desconstrua vieses inconscientes e práticas discriminatórias.

A perspectiva da interseccionalidade se mostra crucial nesse debate, pois demonstra que as barreiras não podem ser explicadas por uma única dimensão de opressão. Os artigos sobre mulheres

na segurança pública, mulheres com deficiência e mulheres quilombolas, além do estudo sobre pessoas transgêneras, ilustram como a desigualdade de gênero se entrelaça com questões de raça, deficiência e identidade, criando formas específicas de vulnerabilidade no mercado de trabalho. A luta, portanto, exige uma abordagem que considere essa diversidade de experiências.

Em suma, o legado da Declaração de Pequim reside não apenas em ter estabelecido um plano de ação, mas em nos lembrar que a equidade de gênero é um compromisso contínuo. Os caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária passam por uma luta em múltiplos níveis: do enfrentamento de barreiras estruturais e institucionais, como o "teto de vidro" e o "penhasco de vidro", até o reconhecimento e a valorização do trabalho não remunerado. Em última análise, é preciso que a efetividade das políticas de equidade seja garantida por meio de uma cultura de inclusão genuína, que vá além das regras formais e promova transformações sociais e institucionais profundas.

REFERÊNCIAS

- ACKER, Joan. Gendered Institutions: From Sex Roles to Gendered Institutions. **Contemporary Sociology**, v. 26, n. 4, p. 482–485, 1997.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2. ed. New York: Routledge, 2000.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, Silvia. **O Patriarcado do Salário: Críticas Feministas à Marx**. Boitempo, 2021.
- FOLBRE, Nancy. **The Invisible Heart: Economics and Family Values**. New Press, 2001.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set/dez. 2007.
- HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, 1990.

Organização das Nações Unidas – ONU. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Declaração de Pequim)**. Pequim, 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 04 de agosto de 2025.

RODRIK, Dani; SUBRAMANIAN, Arvind; TREBBI, Fabrizio. Institutions rule: The primacy of institutions over geography and integration in economic development. **Journal of Economic Growth**, v. 9, n. 2, p. 131-165, 2004.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

WARING, Marilyn. **If Women Counted: A New Feminist Economics**. HarperCollins, 1988.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira; OLIVERA, Margarita; VIEIRA, Clarice Menezes (orgs.). **Economia feminista no Brasil: contribuições para pensar uma nova sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autonomia Literária; REBEF, 2023. 232 p.

Prof. Dra. Maíra Ferraz de Oliveira Silva é doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente e mestre em Economia Regional e Políticas Públicas. Leciona disciplinas na área de Teoria Econômica e Economia e Desenvolvimento Rural no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas na UESB.

Integra o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional: Indicadores Econômicos e Sociais, vinculado ao CNPq (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1118388605711657), na linha de pesquisa Análise e Modelagem Econômico-ecológica, e o Núcleo de Pesquisas Econômicas e Socioambientais (NEPES), vinculado ao DCSA-UESB, onde atua no laboratório que desenvolve e divulga indicadores econômicos e sociais.

Dra. Maíra Ferraz é parte da equipe de editores-chefes dos Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6141-8836>